

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

RESENHA DO 1.º SEMESTRE DE 1940

A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA inicia no presente número esta nova secção, destinada a noticiar as atividades das instituições públicas e particulares que realizem estudos e trabalhos de Geografia ou que apresentem interesse geográfico.

RETIFICAÇÕES TOPONÍMICAS EM SÃO PAULO

Estabelecendo o Decreto-lei federal n.º 2.104, de 2 de Abril último, retificações toponímicas para várias sedes municipais e distritais do país, o Sr. Ademar de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo, baixou, por sua vez, o Decreto n.º 11.069, de 4 de Maio, retificando no seu Estado as alterações a ele referentes.

Eis o Decreto referido no seu inteiro teor:

"Artigo 1.º — A toponímia constante do anexo n.º 1 do decreto n.º 9.775, de 30 de Novembro de 1938, sofrerá as seguintes retificações:

- 1 — No município de Cafelândia:
Vila e distrito de Simões em vez de vila e distrito de Vila Simões;
- 2 — No município de Fernando Prestes:
Vila e distrito de Camargo em vez de vila e distrito de Vila Camargo;
- 3 — No município de Lins:
Vila e distrito de Sabino em vez de vila e distrito de Vila Sabino;
- 4 — No município de Monte Aprazível:
Vila e distrito de Poloni em vez de vila e distrito de Vila Poloni;
- 5 — No município de Novo Horizonte:
Vila e distrito de Sales em vez de vila e distrito de Vila Sales;
- 6 — No município de Pirangi:
Vila e distrito de Paraíso em vez de vila e distrito de Vila Paraíso;
- 7 — No município de Ribeirão Preto:
Vila e distrito de Bonfim em vez de vila e distrito de Vila Bonfim;
- 8 — No município de Rio Preto:
Vila e distrito de Mendonça em vez de vila e distrito de Vila Mendonça;
- 9 — No município de Santa Adélia:
Vila e distrito de Botelho em vez de vila e distrito de Vila Botelho;
- 10 — No município de Tanabi:
Vila e distrito de Monteiro em vez de vila e distrito de Vila Monteiro;
- 11 — No município de Vila Bela:
Cidade, distrito e município de Formosa em vez de cidade, distrito e município de Vila Bela;
- 12 — No município de Itajobi:
Vila e distrito de Roberto em vez de vila e distrito de Vila Roberto.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

— x —

O MUNICÍPIO DE VILA NOVA POSSUE MODERNA DENOMINAÇÃO

O Sr. Eronides de Carvalho, Interventor Federal no Estado de Sergipe, baixou em 30 de Abril último, o Decreto-lei n.º 272, encorparando ao quadro de divisões territorial do Estado, o topônimo de Neópolis, em vez de Vila Nova.

A medida do governo sergipano foi adotada em face de recente Decreto-lei federal baixado para uniformizar a nomenclatura toponímica do país.

— x —

MODIFICADOS OS TOPÔNIMOS DE DOIS DISTRITOS AMAZONENSES

O "Diário Oficial" do Estado do Amazonas, de 24 de Abril último, publicou o Decreto-lei n.º 418, de igual data, assinado pelo Interventor Federal daquele Estado, modificando os topônimos dos distritos de "Vila do Carreiro" e "Vila Nova de Tonantins".

Eis na íntegra o Decreto referido:

Art. 1.º — Passam a denominar-se vila e distrito do "Carreiro" e distrito de "Tonantins", as "Vilas do Carreiro" e "Vila Nova de Tonantins", situadas nos municípios de Manaus e São Paulo de Olivença, constantes do decreto-lei n.º 176, de 1.º de Dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

— x —

A COMARCA DA CAPITAL PAULISTA DIVIDIDA EM CIRCUNSCRIÇÕES

O Sr. Interventor Federal de São Paulo assinou em 11 de Maio deste ano, o Decreto n.º 11.080, o qual estabelece, que, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 48 do Decreto-lei n.º 11.058, de 26 de Abril de 1940, e para os efeitos do § 2.º do mesmo artigo, fica a comarca de São Paulo dividida em três circunscrições, abrangendo cada uma delas, os seguintes distritos de paz:

I — 1.ª circunscrição: — Sé, Liberdade, Vila Mariana, Cambuí, Bela Vista, Ipiranga, Saúde, Jardim Paulista, Acimação, Cerqueira César, Indianópolis, Ibirapuera, Capela do Socorro, Santo Amaro, São Caetano, Santo André, São Bernardo, Ribeirão Pires, Paranaí-caba e Mauá.

II — 2.ª circunscrição: — Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Lapa, Santa Efigênia, Jardim América, Butantã, Perdizes, Barra Funda, Casa Verde, Nossa Senhora do Ó, Itapicirica, Juquetibá, Osasco, Barueri, Parnaíba, Água Fria, Embú, Cotia, Itapeví e Pirapora.

III — 3.ª circunscrição: — Braz, Penha de França, Belenzinho, Moóca, Vila Maria, Vila Matilde, Pari, Santana, Vila Prudente, Itaquera, Lajeado, Guarulhos, São Miguel, Tucuruí, Perús, Pirituba, Juqueri, Caieras e Franco da Rocha, Tatuapé e Alto da Mooca.

— x —

RESTABELECIDA A SEDE DA COMARCA DE ANDARAÍ

O Sr. Interventor Federal no Estado da Bahia, tendo em vista a proposta que lhe foi dirigida pelo Tribunal de Apelação do Estado, resolveu, pelo Decreto n.º 11.618, de 16 de Abril deste ano, restabelecer a sede primitiva da Comarca de Andaraí.

Essa medida foi tomada por terem cessado os motivos que determinaram a sua transferência pelo Decreto n.º 11.436, de 5 de Outubro de 1939, para o termo de Mucugê.

INTERPRETAÇÃO DE DIVISAS DE VÁRIOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

O Sr. Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina, considerando algumas incorreções, resultantes de deficiência de informações e carência de elementos cartográficos, ocorridos por ocasião da descrição geral das divisas das unidades territoriais do Estado, baixou em data de 10 de Abril último o Decreto n.º 910, visando regular a situação das divisas dos seguintes municípios: Tubarão, Jaguaruna, Crescuma e Urussanga.

O mesmo Decreto, interpretou também as divisas dos distritos de Campos Novos, Umbú, Arcoverde, Erval, Rio Bonito, Coração de Jesus, Abdon Batista, Perdizes, Rio Capinzal, Rio do Peixe e Uruguai.

— x —

COMISSÃO REVISORA DO QUADRO TERRITORIAL DO ESTADO

A Comissão Revisora do Quadro Territorial do Estado de Santa Catarina, em sua reunião de 24 de Maio último, resolveu não fossem feitas mais interpretações de linhas divisórias inter-municipais e inter-distritais, à vista dos motivos seguintes:

1.º — porque já foram encaminhados ao Conselho Nacional de Geografia os mapas municipais executados de acordo com o que estabeleceu o decreto-lei federal n.º 311, de 2 de Março de 1938;

2.º — porque já foram levantados os cadastros preliminares do próximo recenseamento, o que não permite mudanças de jurisdição de território;

3.º — porque é preciso que as populações fiquem imediata e definitivamente, a par de que município e distrito estão jurisdicionados, para perfeitadas declarações, nos questionários de coleta do recenseamento de 1.º de Setembro próximo.

Quaisquer retificações de divisas, quer municipais quer distritais, só serão efetuadas por ocasião da próxima revisão do quadro territorial do Estado em 1943.

— x —

LIMITES DOS MUNICÍPIOS DE MARAPANIM E CURUÇA

O Sr. Interventor Federal no Estado do Pará, apoiado no artigo 2.º do Decreto estadual n.º 3.131, de 31 de Outubro de 1938, que reservou ao governo os atos de interpretação das linhas divisórias entre os municípios paraenses, baixou o seguinte Decreto em data de 16 de Maio último, interpretando as divisas dos municípios de Marapanim e Curuçá.

"Artigo único — A confrontação entre os municípios de Marapanim e de Curuçá, determinados pelos decretos n.º 3.131 e 3.131-A, fica assim interpretada: Começa na foz do rio *Cajutuba*, no oceano Atlântico, sobe por este até a foz do rio *Simoa*; continua pelo álveo do rio *Simoa* até a foz do igarapé *Jussateua* ou *Jussatuba* e sobe pelo álveo deste até suas nascentes; destas, alcança por uma linha, já existente, conhecida por linha João Dias, a margem esquerda do rio *Maú*, no lugar *Piquiateua*; sobe pelo álveo do rio *Maú* até a foz do igarapé *Aretal*, afluente direito do rio *Maú*; sobe pelo igarapé *Aretal* até suas nascentes; destas alcança por uma reta as nascentes do igarapé *Ilha Nova*, descendo por este até sua foz no rio *Marapanim*; revogadas as disposições em contrário".

— x —

LIMITES DE PERNAMBUCO COM OS ESTADOS DE ALAGOAS E CEARÁ

O Sr. Interventor Federal no Estado de Pernambuco, em ato de 7 de Junho último, tendo em vista a necessidade de solucionar as questões de limites entre o seu Estado e os de Alagoas e Ceará, designou o eng. Eurico

Monteiro de Matos e o Sr. Mário Carneiro do Régo Melo, para estudarem o assunto, em harmonia com as comissões designadas pelos governos desses Estados.

— x —

COMISSÃO DE ESTUDOS DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO RIO DE JANEIRO

A reunião dos prefeitos da zona norte fluminense, presidida pelo Interventor Amaral Peixoto, ultimamente realizada em Campos, ofereceu ensino a que se abordassem ali vários assuntos da maior importância para as administrações municipais.

Entre os assuntos debatidos, destaca-se o referente à reorganização da Comissão de Estudos da Divisão Administrativa, suscitada em proposta do prefeito de Campos, que apresentou ao Interventor federal vários exemplos que aconselham a medida.

O Comandante Amaral Peixoto prometeu estudar o assunto para dar-lhe solução adequada.

— x —

DIVISÃO FISIOGRAFICA DO RIO GRANDE DO SUL

A Junta Executiva do Diretório Regional de Estatística do Rio Grande do Sul, resolveu, recentemente, dividir o Estado, para fins estatísticos, em zonas fisiográficas, sob as denominações seguintes:

- 1.ª - Missões — 2.ª - Planalto Médio —
- 3.ª - Planalto do Nordeste — 4.ª - Litoral —
- 5.ª - Serra do Sueste — 6.ª - Campanha —
- 7.ª - Depressão Central — 8.ª - Encosta da Serra.

Foi resolvido recomendar a publicação de todos os documentos que foram submetidos à consideração desta Junta e que deram origem à mesma divisão.

É a seguinte a relação dos municípios que integram cada uma das oito zonas:

1.ª — Zona Missões: Iraí, Itaquí, Jaguarí, Palmeira, Santiago, Santa Rosa, Santo Angelo, S. Borja, S. Francisco de Assis e S. Luiz Gonzaga.

2.ª — Zona Planalto Médio: Carazinho, Cruz Alta, Getúlio Vargas, Ijuí, José Bonifácio, Júlio de Castilhos, Sarandi, Passo Fundo, Soledade e Tupacretan.

3.ª — Zona Planalto do Nordeste: Bom Jesus, Lagoa Vermelha, S. Francisco de Paula e Vacaria.

4.ª — Zona Litoral: Osório, Rio Grande, Santa Vitória, S. José do Norte e Tôres.

5.ª — Zona Serra de Sueste: Arroio Grande, Caçapava, Camaquã, Cangussú, Encruzilhada, Erval, Lavras, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, S. Lourenço, Tapes e Jaguarão.

6.ª — Zona Campanha: Alegrete, Bagé, D. Pedrito, Livramento, Quaraí, Rosário, S. Gabriel, Uruguiana.

7.ª — Zona Depressão Central: Cachoeira, Canoas, General Câmara, Guaíba, Gravataí, Pôrto Alegre, Rio Pardo, Santa Maria, S. Jerônimo, S. Pedro, S. Sepé, Triunfo, Viamão e S. Vicente.

8.ª — Zona Encosta da Serra: Alfredo Chaves, Antônio Prado, Arroio do Meio, Bento Gonçalves, Cai, Candelária, Caxias, Encantado, Estréla, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Montenegro, Novo Hamburgo, Prata, Santo Antônio, Santa Cruz, S. Leopoldo, Taquara, Taquari, Venâncio Aires, Lajeado e Sobradinho.

— x —

O TERRITÓRIO DO ACRE DIVIDIDO EM ZONAS FISIOGRAFICAS

A Junta Executiva do Conselho Nacional de Estatística no Território do Acre, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística adota em suas publicações o critério de dividir os Estados em zonas que por sua fisiografia ou por consagração popular, que formem regiões distintas e características, critério este adotado pela Assembléa Geral do

mesmo órgão, com a resolução n.º 75, resolveu dividir o Território em 7 zonas, submetendo essa resolução à apreciação da Junta Executiva Central.

Para efeito dessa divisão a Junta Executiva referida adotou a seguinte resolução:

"Artigo 1.º — Adotar a seguinte divisão do Território em zonas fisiográficas:

1.º — Abuná, compreendendo o distrito de Plácido de Castro;

2.º — Alto Acre, compreendendo os Municípios de Xapurí e Brasileia;

3.º — Acre, compreendendo o Município de Rio Branco, exceto o distrito de Plácido de Castro;

4.º — Purús, compreendendo o Município de Sena Madureira;

5.º — Envira, compreendendo o Município de Feijó;

6.º — Tarauacá, compreendendo o de Seabra;

7.º — Juruá, compreendendo o Município de Cruzeiro do Sul.

Artigo 2.º — Esta resolução será enviada à Junta Executiva Central para, nos termos do n.º 15, anexo 3.º, da Resolução 75, ser aprovada e produzir os desejados efeitos".

— x —

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DE SÃO PAULO

Reformado pelo Decreto estadual n.º 9.871, de 28 de Dezembro de 1938, para atender, do ponto de vista técnico-científico, às exigências das necessidades de São Paulo, no setor de sua especialização, o Instituto Geográfico de São Paulo intensificou ultimamente os seus importantes serviços.

O ligeiro resumo, extraído do último relatório do titular da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio daquele Estado, que publicamos a seguir, basta para atestar a proveitosa soma das atividades do I. G. G.

Levantamento da carta geral do Estado: Foram encetados os trabalhos do levantamento nas zonas de Assiz, Marília, Araçatuba, Pirajui e Baurú, cobrindo uma área de cerca de quarenta mil quilômetros quadrados.

Serviços de divisas municipais: O Instituto procedeu a vistorias em 132 municípios, cujas divisas apresentavam erros que foram solucionados satisfatoriamente.

Esses trabalhos foram exaustivos, não só pela complexidade como pelo volume.

Perímetros urbanos e suburbanos: Vencendo as grandes dificuldades de ordem administrativa e técnica, o Instituto conseguiu atender a 210 municípios, traçando os seus perímetros urbanos e suburbanos, serviço esse que foi devidamente ilustrado com as necessárias plantas.

Cartas municipais: Foram elaboradas 270 cartas municipais, representativas dos municípios paulistas, na escala de 1:200.000 e 1:100.000, para serem apresentadas por estes ao Conselho Nacional de Geografia, além de serem fornecidos a entidades públicas e a particulares, cerca de 1.986 mapas diversos.

Laboratórios químicos: Foram realizadas durante o ano, 219 análises diversas, solicitadas pelos geólogos do serviço, e mais 36 análises requeridas por particulares. Para a leitura dos espectrogramas houve colaboração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, da Secretaria da Educação, onde esteve em curso de especialização um dos químicos do Laboratório.

Serviço de Geodésia: O Serviço de Coordenadas Geográficas esteve bastante desenvolvido. Foram determinadas as posições geográficas de localidades, na zona oeste do Estado.

Esse serviço foi ponto de apoio para o trabalho de topografia requerido pela nova divisão administrativa do Estado.

Serviço de Hidrografia e Climatologia: Relativamente à Hidrografia, nada foi realizado, o que não se deu com a parte da Climatologia, que reinstalou ou montou onze estações de segunda classe e nove de terceira, desenvolvendo regularmente os serviços de meteorologia e pluviometria.

Serviço de Geologia Geral: Os trabalhos realizados durante o ano constaram da abertura de poços artesanais em Araraquara e São Paulo e da perfuração ainda não completada de outro, em Itacemópolis. Foram realizados estudos sobre a possibilidade de suprimento de águas subterrâneas às seguintes localidades: Matão, S. João da Boa Vista, Pôrto Feliz, Baurú, Itapira (para a Cia. Mogiana), Ourinhos, Itacemópolis, Araraquara e São Joaquim, além do Horto Florestal na capital. Os trabalhos de sondagens decorreram normais, havendo sido levados a efeito em Buri, Tatui, Capão Bonito e Apiaí. Para o estudo de petrografia foram preparadas 102 lâminas de rochas e cerca de 60 polimentos de rochas miérics.

Serviço de Geologia Econômica: Atendeu essa parte do Instituto, durante o ano, as necessidades da administração e dos particulares que a procuraram, tendo levado a efeito diversos estudos oportunos.

Serviço de Fiscalização, Concessão e Cadastro de Minas: Os trabalhos de Secção tiveram seu desenvolvimento normal na parte referente à concessões, ficando praticamente paralisadas as atividades relativas a cadastro e fiscalização, devido à falta de regulamentação.

— x —

DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA DE SÃO PAULO

Criado pelo decreto n.º 9.715, de 9 de Novembro de 1938, o Departamento de Botânica desenvolveu suas atividades no sentido de dar perfeita organização ao Parque e ao Jardim Botânico do Estado. Além de terem sido melhoradas sensivelmente as condições da Estação Biológica do Alto da Serra, o Departamento conseguiu ainda enriquecer suas coleções de plantas ornamentais e de interesse econômico e científico. Está a cargo desse serviço estadual a elaboração do cadastro florístico do Estado, do ponto de vista sistemático e industrial, que prossegue ao lado da preparação, também, do mapa fitofisionômico.

— x —

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA DE SÃO PAULO

Foi esse Departamento criado em 11 de Janeiro de 1939 e desde então vem se desempenhando parcialmente das finalidades que lhe incumbem, visto terem-se completado somente duas divisões das dez-se que o compõem. A falta de sede própria é um dos mais sérios embaraços ao desenvolvimento da repartição. Não obstante isso, enriqueceram-se as suas coleções zoológicas já existentes em cerca de 5.000 espécimes preparados de mamíferos e aves amazônicas. Dedicaram-se os técnicos do Departamento a excursões científicas, colhendo rico material para estudo e museu. Foram muitas as consultas respondidas e grande, também, o intercâmbio com os outros institutos científicos do país e do estrangeiro. O Departamento continua a elaboração do Catálogo das Aves do Brasil e de outros trabalhos científicos.

— x —

INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO DE SÃO PAULO

Embora não se tenham ainda completado as instalações do Instituto Astronômico e Geofísico, não deixaram de ser feitas as observa-

ções mais importantes. Assim o eclipse lunar ocorrido a 28 de Outubro, foi observado e documentado fotograficamente, graças ao obsé-quo do Mosteiro de São Bento que pôs à disposição material científico do seu Observatório de Santana.

— x —

SERVIÇO DE METROLOGIA NO BRASIL

Regressou recentemente a esta Capital o Engenheiro Ernesto da Fonseca Costa, diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, que esteve durante alguns meses na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, em missão oficial referente à organização do nosso serviço de metrologia.

Na Europa, o Engenheiro Fonseca Costa entrou em contacto com a Repartição Internacional de Pesos e Medidas, realizando observações e estudos. Seguindo depois para a América do Norte, ali adquiriu o material necessário à organização do serviço de metrologia em nosso país e também outras máquinas para o I. N. T. inclusive uma instalação para o estudo da celulose.

Durante a sua permanência nos Estados Unidos, o Sr. Fonseca Costa, estudou a organização do "Bureau of Standards" daquele país, considerada modelar, bem como outras instituições científicas e laboratórios de pesquisas industriais.

— x —

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DO TERRITÓRIO DO ACRE

O Sr. Epaminondas Martins, governador do Território do Acre, assinou, em 25 de Maio deste ano, um decreto regulamentando o Departamento de Geografia e Estatística daquele Território. As atribuições do novo órgão estão distribuídas pelos serviços estatísticos, de geografia, propaganda e publicidade. Esse ato do Governador Epaminondas Martins integrou definitivamente o Território do Acre no sistema estatístico e geográfico brasileiro.

— x —

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO

O Governo Federal por Decreto datado de 1 de Março do ano corrente, publicado pelo "Diário Oficial" do dia 4 do mesmo mês, ao modificar o artigo 17 do Decreto-lei n.º 21.883, de 29 de Setembro de 1932, estabelece que o cargo de chefe do Serviço Geográfico e Histórico do Exército passa a ser exercido por um General de Brigada, ou de Divisão, ficando assim alterado, nessa parte, o antigo regulamento.

— x —

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO PARÁ

O Sr. Gama Malcher, Interventor Federal no Estado do Pará, baixou o Decreto-lei n.º 3.440, de 28 de Dezembro último, dando nova denominação ao Instituto de Estatística local, passando este a denominar-se Departamento Estadual de Estatística, com funções também no setor geográfico.

Para esse efeito criou o referido Decreto um cargo de cartógrafo, que terá a função de organizar o serviço geográfico e cartográfico do Estado, em todas as suas modalidades.

— x —

ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BAURU'

Anexa ao Horto Florestal de Baurú, instalou-se recentemente, naquela cidade, uma estação local de Meteorologia.

Através de moderno e completo aparelhamento, a referida estação vem fornecendo desde o dia 17 de Maio, data da sua inauguração, informações sobre o estado atmosférico, com previsão para 24 horas.

A PREVISÃO DO TEMPO EM NITERÓI

A começar do dia 17 de Junho último começou a funcionar, na torre existente no antigo forte de Gragoatá, sito à Cidade de Niterói, um posto semaforico de sinais do tempo.

— x —

MAPAS GEOLÓGICOS E PALEONTOLÓGICOS DO BRASIL

No seu último relatório apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura, o Sr. Luciano Jaques de Moraes, diretor do Departamento de Produção Mineral, além de outras informações de caráter geral, acentuou que a Secção de Paleontologia da Divisão de Geologia e Mineralogia, realizou diversos estudos de fósseis, principalmente de amostras do Piauí, Pernambuco, Baía e outros Estados.

Também informou aquele profissional que foi completada a relação das "Localidades Fossilíferas do Brasil" indicando sua posição em mapas expressamente organizados para esse fim e que servirá de base para o mapa paleontológico do Brasil, já em execução.

Também informa o referido relatório que foi iniciada uma série de diagramas dos elementos de que se compõem os vários grupos e constituem a grande divisão dos invertebrados, com a finalidade especial de organizar uma terminologia nacional a ser adotada no país.

O Engenheiro Jaques de Moraes comunicou ainda ao titular da Agricultura que estão quasi terminados os trabalhos de preparação de fósseis da Secção de Paleontologia.

Quanto às outras tarefas confiadas ao Departamento sob sua direção, o Sr. Luciano Jaques de Moraes focalizou os trabalhos da Secção de Topografia, que desenvolveu sua atividade em trabalhos de campo, realizados simultaneamente com os estudos geológicos, além de haver confeccionado vários desenhos cartográficos, cópias, ampliações e reduções de cartas referentes a inúmeros acidentes geográficos, economicamente importantes, inclusive de unidades administrativas.

O D. N. P. M. está também organizando um trabalho da maior importância, que é o mapa geológico do Brasil, constituindo essa tarefa o objetivo principal da Divisão de Geologia e Mineralogia. Para esse fim, foram registados novos conhecimentos geológicos nos Estados de Minas Gerais, Baía, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Piauí e Território do Acre.

Tendo o Laboratório Central da Produção Mineral terminado as análises químicas e petrográficas de minerais e rochas da região de Itabirito e Congonhas, em Minas Gerais, já se encontra quasi concluída a respectiva carta geológica.

— x —

PESQUISAS PALEONTOLÓGICAS EM SERGIPE

O Sr. Luciano Jaques de Moraes, diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, comunicou ao Ministério da Agricultura que as pesquisas paleontológicas realizadas no Estado de Sergipe tem contribuído para um conhecimento, tão completo quanto possível, de sua fauna fóssil e, portanto, da idade geológica de suas formações.

A importância desses estudos, que em grande parte se acham publicados em várias monografias, especialmente na intitulada "O cretácio de Sergipe", exige que se prossiga nessas indagações geológicas e paleontológicas, de modo que se possa delimitar com maior precisão os contactos das diferentes formações de posição estratigráfica.

Foi incumbido desse trabalho o Sr. Paulo Frichsen de Oliveira, auxiliado pelo desenhista Sr. Hermes Lima.

ESTUDOS DAS FORMAÇÕES GEOLÓGICAS, SOLOS E CLIMAS DO BRASIL

Determina o regulamento do Centro de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura que, periodicamente sejam realizadas excursões de estudos para os alunos dos diferentes cursos da Escola de Agronomia.

Cumprindo esse dispositivo, o professor da 3.^a cadeira, Sr. Alcides Oliveira Franco, excursionou com os alunos do 2.^o ano, aproveitando as férias de Junho último, pelos municípios de Petrópolis, Areal, Entre Rios, Paraibuna, Juiz de Fora, Santos Dumont, Barbacena, Carandaí, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Passagem, Mariana, Itabirito, Nova Lima, Belo Horizonte, Vespasiano, Lagoa Santa, Cipó, Várzea, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas, Cordisburgo, e as grutas de *Maquíné* e *Burnier* onde foram estudadas as diversas formações geológicas e os solos.

Na mesma época, o professor catedrático da 15.^a cadeira, Sr. Otávio Domingues, também excursionou com os alunos do 3.^o ano, visitando as cidades de Entre Rios, Leopoldina, Ubá, Vicosá, Ponte Nova, Rio Casca, Belo Horizonte, Sete Lagoas e Curvelo, onde visitaram as mais importantes fazendas de criação locais.

— x —

ESTUDOS GEOFÍSICOS

O Conselho Nacional de Petróleo contratou, recentemente, os serviços da *United Geophysical Co.*, de Pasadena, Califórnia, para a localização científica dos terrenos petrolíferos do Norte do Brasil, por meio de estudos geofísicos. Adotando a moderna técnica de prospecção visa o C. N. P. tornar menos dispendiosos os trabalhos de perfuração dos poços de petróleo.

Uma das condições impostas no contrato foi que, paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos dos técnicos norte-americanos, os técnicos brasileiros se fossem aperfeiçoando nessa delicada e difícil especialidade, afim de que gradativamente, estes pudessem substituir os estrangeiros.

Para esse efeito foram selecionados desde logo, alguns elementos que se tem destacado nas nossas escolas de engenharia, para cooperarem com os geólogos e geofísicos norte-americanos.

O primeiro ponto a ser atacado nos estudos da *United Geophysical Company*, será no Estado de Alagoas, cujos característicos se mostram mais propícios a existência do petróleo.

O contrato elaborado estabelece que aquela companhia empregue o mais moderno aparelhamento para os serviços de prospecção geofísica e um grupo de técnicos especializados com a mais comprovada experiência.

— x —

O SUB-SOLO GOIANO E INDUSTRIAIS NORTE-AMERICANOS

Notícias de Goiânia, Estado de Goiás, informam que passaram por ali, com destino a Santana e outras localidades do Norte do Estado, os Srs. William Howard Stickney e Leigh Wade, capitalistas norte-americanos, que foram a Goiás com o objetivo de estudar as possibilidades de exploração de minerais ou entrar em negócio com as empresas existentes, notadamente de cristal de rocha, rutilo, amianto e outras.

— x —

PESQUISAS ETNOGRÁFICAS NO INTERIOR DA PARAÍBA

O Sr. Carlos Estevão de Oliveira, diretor do Museu "Goeldi", de Belém, Estado do Pará, encontra-se atualmente viajando no interior do Estado da Paraíba procedendo a pesquisas etnográficas, colhendo material necessário para um trabalho que pretende elaborar.

COMISSÃO DE ASTRÓNOMOS AMERICANOS

Por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, foi endereçado ao Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas um pedido de licença formulado pelo Observatório Naval dos Estados Unidos, através da Embaixada americana, para que seus astrónomos e os do Observatório David Dunlop, de Richmond Hill, no Canadá, possam vir ao Brasil observar o eclipse solar que será visível no Estado de Pernambuco, no próximo dia 1.^o de Outubro.

— x —

NAVEGAÇÃO NOS RIOS PARANÁ E PARAGUAI

O Governo Federal, pelo decreto-lei n.^o 2.068, de 7 de Março de 1940, abriu o crédito especial de 90.000\$000 na pasta das Relações Exteriores, para custear os estudos da navegação nos rios *Paraná* e *Paraguai*. Esse decreto-lei foi publicado no "Diário Oficial" de 9 de Março deste ano.

— x —

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ

Pelo Decreto n.^o 5.756, de 4 de Junho deste ano, baixado pelo Governo Federal na pasta da Educação e publicado no "Diário Oficial" do dia 10 do mesmo mês, foi concedido reconhecimento aos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Geografia e História, Pedagogia e Química, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, com sede em Curitiba.

— x —

MUSEU IMPERIAL

O Governo Federal, por Decreto-lei n.^o 2.096, de 29 de Março de 1940 e publicado no "Diário Oficial" de 30 do mesmo mês e ano, criou na cidade de Petrópolis, o Museu Imperial.

— x —

MUSEU DAS MISSÕES

O "Diário Oficial" de 11 de Março de 1940 deu publicidade ao Decreto n.^o 2.077, de 8 de Março do mesmo, que criou o Museu das Missões, em S. Miguel, município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.

— x —

SUBVENÇÕES CONFERIDAS A INSTITUIÇÕES CULTURAIS

O Decreto-lei n.^o 3.204, de 17 de Maio do ano corrente, baixado pelo Governo Federal, abriu crédito especial, no Ministério da Educação e Saúde, para pagar, dentre outras, as subvenções concedidas às seguintes entidades culturais: 5.000\$000 ao Instituto Histórico de Alagoas; 20.000\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; 10.000\$000 ao Instituto Geográfico e Histórico da Baía; 30.000\$000 à Academia Brasileira de Ciências do Distrito Federal; 40.000\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; 1.000\$000 ao Circulo de Estudos Bandeirantes de Curitiba; 3.000\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e 3.000\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense.

— x —

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

A Associação dos Geógrafos Brasileiros vem dentro do plano de trabalho a que se traçou, realizando com frequência, em São Paulo, concorridas sessões culturais, nas quais são estudados os assuntos de sua especialização.

Na reunião realizada em 22 de Abril último, o professor João Dias da Silva teve oportunidade de se referir a observações colhidas na zona de Bragança, Estado de São Paulo,

exatamente no ponto em que se inicia a degradação da Mantiqueira em direção do planalto paulista. Acentuou o orador que é a homogeneidade das formas o que mais fere a atenção de quem visita a região; os vales são abertos, inclinados na direção de NO e dividem a região em compartimentos. Estudando-se o trabalho da erosão, tem-se logo a impressão de que os rios já alcançaram o seu perfil de equilíbrio, ainda mais em virtude da presença de numerosos meandros. Mas, ao mesmo tempo, percebe-se que é bastante ativa a destruição pelas águas, com desmoronamentos e profundas bacias de captação, o que dificulta considerar a região como estando em sua maturidade. O orador pensa que a região em apêço, ainda se encontra em sua juventude, quanto à evolução do relevo e acrescenta que serão falsos os perfis de equilíbrio e que os vales decorrem do relevo geral. Após ressaltar o caráter "apalacheano" do relevo, concluiu por afirmar que, em sua opinião, houve ali apenas um reajustamento morfológico estrutural.

Discorreu, depois, o professor Pierre Monbeig, que expôs algumas de suas observações a respeito das paisagens rurais do nosso Estado. O professor Monbeig começou por lembrar que a situação climática do planalto paulista (colocado na zona de contato de três massas atmosféricas) parece favorecer o aparecimento de diversos tipos de paisagens rurais e explicar a tendência à policultura e passou, em seguida, a fazer breve recapitulação da nossa história econômica. Recordou que, no início do século XIX, era a criação de gado a grande atividade paulista; os viajantes que por aqui passaram confirmam esse fato e acentuam que a paisagem rural era devida à extensão dos campos e à dispersão do homem (ocasionada pela prática da queimada). Nessa época, a agricultura antecedia a criação. Posteriormente, veio o domínio do café e a consequente alteração na paisagem, graças à durabilidade da cultura. O orador, prosseguindo, referiu-se ao testemunho de Zaluar, para concluir que, no meado do século passado, havia em São Paulo dois sistemas e duas técnicas inteiramente diversos: a dos grandes fazendeiros e a dos caboclos sítiantes. Foi ulteriormente que surgiu a paisagem bem conhecida, criada pelos imensos cafezais, com o seu "habitat" característico: a sede da fazenda, tendo a seu lado, o terreiro, a tulha, etc. tal como na época medieval, quando o castelo feudal tinha ao seu lado as principais dependências. Com o elemento imigrante, nova transformação se registou: o "habitat" passou, de aglomerado que era, a ser disperso. Hoje, pode dizer-se que a paisagem se encontra em plena transformação, bastando lembrar que, em certos pontos da alta Sorocabana (Presidente Veneslau) a propriedade se acha dividida em lotes compridos e estreitos, que lembram os de certas regiões européias. Misturaram-se todos os tipos de paisagem rural: as grandes fazendas, do tipo clássico, aparecem ao lado dos pequenos sítios; a monocultura juntamente com a policultura: "habitat" aglomerado, de mistura com o "habitat" disperso. O professor Pierre Monbeig ao encerrar a sua palestra observou que já se começa a assistir a uma adaptação dos tipos rurais aos diversos tipos de solos.

Outra reunião bem interessante da A.G.B. foi a realizada em 6 de Maio deste ano.

Na primeira parte dessa sessão, o professor Haroldo de Azevedo fez a resenha — bibliográfica. Na segunda parte o professor Félix Rawitscher, da cadeira de Botânica da Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade de S. Paulo, discorreu sobre o tema: "Reflexões sobre a fitoecologia do Brasil".

Também no dia 20 do mês de Maio último, a mesma entidade realizou outra movimentada sessão cultural.

Nessa sessão, inicialmente, o professor Luiz Flores de Moraes Rêgo, participou aos presentes que o Diretor Regional de Geografia deliberou instituir um prêmio de 1:500\$000 ao autor do melhor trabalho apresentado sobre a geografia de S. Paulo, além de se encarregar de sua publicação.

Ocupou a tribuna, depois, o prof. Pierre Monbeig, da Universidade de S. Paulo, que resumiu e comentou um interessante artigo do prof. Emmanuel De Martonne, intitulado "Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico" e publicado nos "Annales de Géographie", de Janeiro-Março do ano corrente.

Nesse trabalho, o prof. De Martonne observa que, estudando o relevo do Brasil tropical atlântico, parece encontrar um exemplo de relevo apalacheano. Estudou especialmente as serras do litoral, para acentuar que a rede hidrográfica se acha adaptada a uma estrutura de dobramento. Refere-se ao problema da origem do vale do Paraíba, afirmando que, se ali não existe uma fossa tetônica, existirá certamente uma "flexão" muito acentuada; o desabamento parece comprovado por se apresentarem os cursos de água paralelos à direção do relevo, e em seguida, alcançarem o vale do Paraíba através de gargantas e uma rápida alteação do curso. Regista a presença de três degraus de falhas: o da Mantiqueira, o da Serra do Mar e o das ilhas litorâneas.

Depois de mencionar dois trechos nitidamente "apalacheanos" (a região de S. Paulo e a de Belo Horizonte), estuda as superfícies de erosão, em número de quatro: — a superfície pre-permiana, a superfície dos campos, a das cristas médias ou apalacheanas, e a superfície neógena, de colinas baixas. Focaliza, depois, dois exemplos: a região do sul de Minas (a que denomina de "superfície do rio Grande) de origem paleógena e onde registra a presença de dobras do fundo na região de Ouro Preto e do alto rio Doce; e a "cuxta" (encosta) de Botucatu, também paleógena e onde se registam alternâncias irregulares das camadas de basalto e de arenito.

Concluindo, faz o prof. De Martonne uma reconstituição histórica do relevo distinguido duas épocas mais notáveis: a do neógeno em que as dobras de fundo realizam sua maior atividade, e a do quaternário, quando se realiza o abaixamento do sóco atlântico, com os três degraus de falhas acima citados.

— x —

SOCIEDADE "AMIGOS DA FLORA BRASÍLICA"

A contar do dia 30 de Abril último, a Sociedade "Amigos da Flora Brasílica" da capital paulista vem realizando com frequência o programa de palestras mensais, elaborado para o ano corrente.

Na sessão inicial do programa, realizada naquela data na Sociedade Rural Brasileira, foi discutida a 1.ª tese que versou sobre o tema: "Duplo Aspecto do Problema Florestal". A segunda tese discutida dias após abordou e tratou da "Orquidáceas Brasileiras, seu valor e sábio aproveitamento", merecendo essa conferência o maior interesse público por parte dos estudiosos do assunto.

A terceira palestra dos "Amigos da Flora Brasílica" esteve a cargo do sr. Joaquim Franco Toledo, chefe do serviço científico das Embriofitas do Departamento de Botânica do Estado.

Nessa conferência que versou sobre os "Fatores dos aspectos da Vegetação e utilidade prática do seu conhecimento" o sr. Franco Toledo demonstrou a importância que há em se cultivar a "Scientia Amabilis" de Linneu.

— x —

III CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA EM PORTO ALEGRE

Constituindo uma das solenidades das comemorações do bi-centenário de Porto Alegre, deverá realizar-se a 5 de Novembro próximo, naquela cidade, o III Congresso de História e Geografia Sul-riograndense.

A comissão organizadora desse certame é constituída de autorizados historiadores, notadamente os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O prefeito de Porto Alegre, sr. Loureiro da Silva, principal animador do Congresso, cedeu o salão no-

bre da Prefeitura para a realização das sessões preparatórias que se veem realizando sob a sua presidência.

O programa de trabalho está dividido em 7 capítulos, constando principalmente dos seguintes pontos:

Geologia. Paleontologia. Geografia — Fauna, Flora, Clima — Etnografia, Imigração, Sermarias, Indústrias, Comércio, Vias de Comunicações, Ciências e Artes, Ensino, Religião, Vultos proeminentes e História de Porto Alegre.

Foi estabelecido que as teses a serem apresentadas sobre os mencionados pontos, não ultrapassem de dezesseis páginas, formato almanco, datilografadas.

As atas do terceiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul deverão ser impressas num volumoso album comemorativo do Bi-centenário daquela Capital.

O programa detalhado e distribuído às pessoas que serão convidadas para colaborarem está assim redigido:

"Regulamento e Programa de Estudos — III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia — (Patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, — e comemorativo do Bi-centenário da Colonização de Porto Alegre).

Regulamento:

Art. 1.º — O 3.º Congresso Sul-riograndense de História e Geografia, patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, terá lugar na Capital do Estado de 5 a 10 de novembro de 1940.

Art. 2.º — São presidentes de honra do Congresso:

1.º — O exmo. Sr. Presidente da República.

2.º — O Exmo. Sr. Interventor Federal do Estado.

3.º — O Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano.

4.º — O Exmo. Sr. General Com. da Região

5.º — O Exmo. Sr. Prefeito da Cidade de Porto Alegre.

6.º — O Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º — São membros de honra do Congresso:

Os Exmos. Srs. Secretários de Estado.

Representantes Consulares.

O Exmó. Sr. Sub-Prefeito de Porto Alegre.

As Exmas. Autoridades e os Exmos. intelectuais nacionais e estrangeiros que nos visitarem por ocasião do Congresso.

Art. 4.º — Integram a Comissão organizadora do Congresso:

A Diretoria efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a Comissão especial, designada pela Grande Comissão de festejos, composta dos Srs. Dante de Layton, presidente; coronel Luiz Carlos de Moraes; Prof. Walter Spalding; Dr. Mário Teixeira de Carvalho; Dr. Olinto Sanmartín; Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.; Coronel João Pereira de Oliveira e Coronel Gastão Hasslocher Mazoner.

§ único — Será presidente efetivo do Congresso o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que presidirá às sessões, sendo substituído, no impedimento, pelo presidente da Comissão Especial. Será Secretário efetivo do Congresso o Sr. Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Art. 5.º — São considerados membros ex-officio os Institutos Históricos e Geográficos e as Sociedades de Geografia que prestarem adesão por escrito até 20 de Outubro de 1940.

Art. 6.º — São considerados membros efetivos do Congresso:

a) os membros efetivos de qualquer categoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, independente de ato de adesão;

b) todos os que enviarem teses;

c) todos os demais que aderirem por escrito até 1.º de Outubro de 1940.

Art. 7.º — A quota de adesão será de 20\$000 para todos os que aderirem e não estiverem incluídos nos Arts. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º letras a) e b).

Art. 8.º — A todos os Congressistas serão entregues, no dia da inauguração do Congresso, as teses, memórias e monografias apresentadas, já impressas, para discussão dos pareceres. Estes, serão distribuídos mais tarde em volume especial, precedido das atas e relatório do Congresso.

Art. 9.º — Todo o Congressista terá direito a 50 exemplares do trabalho apresentado e caso desejar separata em maior número deverá mencioná-lo na folha de rosto da própria tese, enviando 1\$500 por exemplar.

§ único — As teses serão impressas na ortografia oficial.

Art. 10.º — O número de páginas impressas dos trabalhos que deverão ser inéditos não ultrapassarão de 16 folhas tipo almanco, datilografadas de um só lado, com um espaço.

§ único — Os trabalhos deverão ser entregues até 20 de SETEMBRO DE 1940 E EM 3 VIAS.

Art. 11.º — A revisão do trabalho, sempre que possível, será feita pelo próprio autor.

Art. 12.º — É língua oficial do Congresso, o português. As discussões serão, sempre, em português podendo, porém, as teses, memórias ou monografias de autores estrangeiros serem redigidas também em outro idioma, porém, neste caso, acompanhadas da tradução portuguesa assinada pelo próprio autor.

Art. 13.º — Os trabalhos obedecerão ao seguinte programa:

Dia 5 de novembro — às 10 h. a.m. solene abertura do Congresso no Salão Nobre da Prefeitura e leitura da relação de teses apresentadas, autores e comissões julgadoras.

Dia 6, às 18 horas: sessão dos Congressistas para discussão dos pareceres e moções. Local: Salão Nobre da Prefeitura.

Dia 7, às 18 horas: idem, idem.

Dia 8, às 18 horas: idem, idem.

Dia 9, às 20,30 horas, solene sessão de encerramento no Salão de Conferências da Biblioteca Pública, durante a qual será lido o relatório do Congresso, nomes dos Congressistas e aderentes, títulos dos trabalhos apresentados e respectivos relatores.

Art. 14.º — As opiniões emitidas serão de exclusiva responsabilidade dos autores, não sendo, portanto, nem aprovados nem condenados pelos organizadores do Congresso.

Art. 15.º — Os casos omissos neste regulamento, serão resolvidos, de comum acordo, pelos presidentes efetivos e da comissão especial.

NOTA: — Toda correspondência e remessa de trabalhos deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão especial — Sr. Dante de Layton, Museu do Estado — Porto Alegre, ou ao Secretário do Instituto, Prof. Walter Spalding.

Diretoria do Arquivo e Biblioteca da Prefeitura Municipal — Travessa Araújo, 170. (Ao lado do Hotel Majestic) Porto Alegre.

PROGRAMA DE ESTUDOS

O III Congresso de História e Geografia distribue seu programa de estudos em sete seções:

I Seção — Paleontologia, Arqueologia, Etnografia e Antropologia.

As investigações científicas desta secção não estão restringidas a um aspecto puramente regional.

1. Paleontologia: O homem primitivo — Crânios, mandíbulas e outros fragmentos fósseis — Problemas estratigráficos — Vegetais fósseis — Fauna das idades antigas — Pintura rupestre — Pesquisas nacionais, estadual e nos países limítrofes — Bibliografia.

2. Arqueologia: — Sambaquis — Estações líticas — Hipogeus e cavernas Mounds — Buildings — Falitas — Escrita prehistórica — Bibliografia.

3. Etnografia: Os indígenas — costumes, tradições, agrupamentos das tribus, mitologia. — O português e suas diferenciações no meio brasileiro. — O negro, formação moral e social e aspectos físicos. — O alemão e o italiano. — Outros contingentes raciais: polonês, espanhol, russo, judeu, e etc. — Bibliografia.

4. Antropologia: Caracteres exteriores do homem, esqueleto, posição sistemática, anomalias, doenças, ornatos e deformações artificiais, desenvolvimento físico, sexo. Antropologia cultural — Bibliografia.

II Secção — Povoamento — Entradas — Sesmeiros — Genealogia e heráldica — Biografias.

Esta II Secção, bem como as III, IV e V são dedicadas ao Rio Grande do Sul.

I — Povoamento: Século XVII — Sete povos das Missões — Formação dos primeiros núcleos, no sec. XVIII — Novos elementos no sec. XIX — Ciclos — Áreas — Fronteiras.

2. Entradas: Caminho dos índios — Bandeiras paulistas — Itinerário dos lagunistas — Fixação dos açorianos — Pôrto do Rio Grande — Zona lacustre — Bacia do Jacuí — Espanhóis do Rio da Prata.

3. Sesmeiros: Origem do latifúndio — Formação do patriado rural — Cartas de sesmarias — Proprietários — Localização — Significação como célula social

4. Genealogia e heráldica. Biografia: Descendência das principais famílias sul-riograndenses — Titulares — Brasões — Vidas ilustres — Carreira das armas e sua importância cívica.

III Secção — Geologia, Geografia, Fauna, Flora e Clima.

1. Geologia: Geognósia, litologia e geotônica — Geodinâmica, agentes geológicos externos e internos, ação dos seres vivos — geohistórica, diversas éras.

2. Geografia: Física — Economia e Política.

3. Fauna e Flora: Espécies — classificação — Regiões — Valor econômico — aplicação científica.

4. Clima: Climatologia — Clima biológico — Clima antropológico — Meteorologia.

IV Secção — Agricultura, Indústria e Comércio.

1. Agricultura: Épocas — Ciclos — Zonas de plantio — Gêneros de cultura — Braço negro — Colonização, pequena propriedade — Trabalhador nacional — Lavoureiro — A granja.

2. Indústria: Indústria extrativa — vinícola — fabril pastoril — outras indústrias.

3. Comércio: Importação e exportação — casas de comércio — Salários — Problemas do contrabando — Gado — Meios de transporte — Vias de comunicação — Correios e telégrafos — Finanças.

V Secção — Ciências, Letras, Artes, Religião e Ensino.

1. Ciências: cultura jurídica — Medicina — Engenharia — Outras ciências — Filologia — Variações dialetais, fonética riograndense e vocabulário.

2. Letras: Prosa e poesia — Cancioneiro — Imprensa — Oratória — Vultos principais.

3. Artes: Artes plásticas — Trajos — Mobiliário — Música — Folclore — Dança.

4. Religião: Igreja Católica Apostólica Romana — Missões do século XVII — Oradores sacros — Outros cultos: as igrejas alemãs, inglesas, ortodoxas, norte-americanas — A sinagoga.

5. Ensino: Primário, secundário e superior — Nacionalização do ensino — Assistência escolar — Métodos, etc.

VI Secção — História de Pôrto Alegre.

Esta secção é dedicada à cidade de Pôrto Alegre. Sua origem setecentista — Evolução — Fatos notáveis — Povoamento — Importância social, econômica e política — Administração — Urbanismo, etc.

VII Secção — Avulsos.

Na presente secção serão incluídas as teses, comunicações ou demais trabalhos cujos assuntos não foram, porventura, previstos nas secções anteriores.

— x —

I CONGRESSO CULTURAL BRASILEIRO

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Cultura e sob os auspícios do Governo Federal, foi solenemente instalado, no dia 25 de Maio do corrente ano, o I Congresso Cultural Brasileiro, que prolongou os seus trabalhos durante uma semana.

A sessão inaugural foi presidida pelo Ministro Gustavo Capanema, que, de acordo com a ordem dos trabalhos, deu a palavra, em primeiro lugar, ao Desembargador A. Sabóia Lima. A seguir usaram da palavra os Srs. Renato Travassos, secretário geral do certame, Pedro Vergara, orador oficial da solenidade, Sérgio de Macedo, representante do Instituto da Ordem dos Advogados e Valfredo Machado, representante do governo do Maranhão.

O programa dos trabalhos do I Congresso Cultural Brasileiro foi dividido por seis secções e estas subdivididas por 14 comissões, as quais fizeram o estudo das teses apresentadas.

Essas secções foram: I Matemática e Ciências Psico-Naturais; II Ciências Sociais; III Ciências aplicadas; IV Letras; V Artes e VI Filosofia.

As comissões em que se subdividiram as seis secções eram assim constituídas:

1.^a secção: *Matemática e Ciências Físicas e Naturais* — Sampaio Corrêa, presidente; Virgílio Correia Filho, vice-presidente; Saturnino de Brito Filho, Moacir Silva; comissão de *Física e Química, Biologia Geral, Botânica e Geologia*; Barbosa Viana, presidente; Lélío Gomes e Fernando da Silveira; comissão de *Geografia, Mineralogia, Geologia e Paleontologia*; Rui de Lima e Silva, presidente; Axel Lofgren, Carlos Studart e Oto Leonardos.

2.^a secção: *Ciências Sociais* — Comissão de *Direito e Assistência Social*: Sérgio Teixeira de Macedo, presidente; Luiz Machado Guimarães, Pedro Vergara e Amazona Figueiredo; comissão de *Economia Política*: Clementino Lisboa, presidente; Carlos de Oliveira Ramos, Aristides Casado; comissão de *Geografia Humana, História e Sociologia*: Feijó Bittencourt, Edgard Sanches e Mário Magalhães.

3.^a secção: *Ciências Aplicadas* — Comissão de *Engenharia*: Sampaio Corrêa, presidente; Saturnino de Brito Filho, Virgílio Correia Filho e Moacir Silva; comissão de *Medicina*: Raul Bittencourt, presidente; Oscar Clark e Percl Antônio Louzada.

4.^a secção: *Letras* — M. Paulo Filho, presidente; Valdemar Vasconcelos, Soares Filho e Anibal de Matos.

5.^a secção: *Artes* — Comissão de *Artes Plásticas*: Magalhães Correia, presidente; Cas-

tro Filho e Ernesto Francisconi; comissão de Música: Lopes Gonçalves, presidente; Eustorgio Vanderlei e Isa Queiroz Santos.

6.ª seção: *Filosofia e Educação*: Jonas Correia, presidente; Monte Arrais e Rui de Almeida.

— x —

CONGRESSO DE HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA

As festas centenárias de Portugal, que, presentemente se realizam, ofereceram oportunidade para que os estudiosos da história luso-brasileira se reunam num Congresso, onde estudarão pontos comuns da história dos dois países irmãos.

Sob o ponto de vista científico, não temos dúvida que esse Congresso marcará um ponto de relêvo no programa das solenidades centenárias da nação portuguesa, pois, através dele ficará pormenorizadamente conhecida a sua ingente e grandiosa obra de colonização, focalizando as suas grandes figuras e a sua persistência heróica do todos os dias durante três séculos.

O plano de trabalhos do Congresso, incluíde teses do mais alto interesse cultural e histórico.

— x —

II CONGRESSO NACIONAL DE HIDRO-CLIMATISMO

Promovido pelo Departamento Nacional de Propaganda e por iniciativa do Touring Clube do Brasil, deverá realizar-se nesta Capital, de 31 de Agosto a 6 de Setembro deste ano, o II Congresso Nacional de Hidro-Climatismo.

O certame, que visa principalmente a fomentar o desenvolvimento das nossas estâncias climáticas e hidro-minerais, e a atrair, para as mesmas, as correntes turísticas nacionais e estrangeiras, terá como presidente o Sr. Lourival Fontes, Diretor do D.I.P. e como vice-presidente o Sr. Assis Figueiredo, diretor da Divisão de Turismo daquele órgão federal.

O Sr. Juvenal Murtinho Nobre, presidente do Touring Clube, um dos membros do Congresso, vem recebendo várias adesões, inclusive a do Sr. Renato Mauricio e Silva, prefeito de Caxambú, que enviará importantes teses.

— x —

"O AMAZONAS — ESTE ESQUECIDO"

Sob esse título, o Sr. João de Albuquerque Maranhão realizou, no dia 6 de Junho deste ano, uma conferência, na Sociedade de Agricultura.

O conferencista apresentou completo mostruário dos produtos amazonenses e ilustrou a sua palestra com documentação fotográfica.

— x —

O PROBLEMA DO NORDESTE FOCALIZADO POR UM TÉCNICO

O Engenheiro Luiz Vieira, inspetor geral das Obras Contra as Secas, realizou, no dia 10 de Junho deste ano, uma conferência sobre o Nordeste e seus problemas.

O conferencista, com a sua autoridade de técnico, mostrou como se processa a sucessão de chuvas no Nordeste; como se desenvolvem os anos normais e como surgem os anos anormais ou de seca.

A palestra do Engenheiro Luiz Vieira realizada na Escola Nacional de Engenharia, foi ilustrada por copiosa documentação e um filme recentemente feito pela repartição sob a sua direção.

— x —

APROVEITAMENTO DA ENERGIA HIDRO-ELÉTRICA DA SERRA DO MAR

O Engenheiro A. W. Billings, vice-presidente da "Brazilian Tracton C.ª Limited" realizou no dia 18 de Junho último, uma confe-

rência na Escola Técnica do Exército, sobre a hulha branca no Brasil, com referência aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

O conferencista abordou com segurança o assunto que se propôs tratar, dado o seu conhecimento e experiência na matéria, pois havendo chegado ao Brasil em 1922, coube-lhe nesse espaço de tempo, dirigir os serviços da construção das usinas de Rasgão e da Serra do Cubatão e os trabalhos executados na Ilha dos Pombos.

Além dessas tarefas técnicas fez êle os estudos para ampliação e remodelação das usinas de Ribeirão das Lajes.

— x —

"A FOTOGRAMETRIA MODERNA E SUA APLICAÇÃO NOS TRABALHOS DO NORDESTE"

O Engenheiro Antônio H. Marcolino Fragoso, chefe da Seção de Cartografia da Inspetoria de Obras Contra as Secas, realizou no dia 18 de Junho último, na Escola Nacional de Engenharia, uma conferência subordinada ao tema: "Fotogrametria moderna e sua aplicação nos trabalhos do Nordeste".

A palestra do técnico da I.F.O.C.S., pela sua oportunidade foi ouvida com grande interesse por quantos compareceram naquele dia ao salão de conferências da Escola Nacional de Engenharia.

— x —

FIXADA A DATA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR

Designado em reunião anterior do Instituto Geográfico e Histórico do Estado da Baía, o professor Pedro Calmon apresentou, na sessão de 11 de Abril deste ano, daquele sodalício, o parecer que publicamos a seguir, sôbre a data em que deve ser comemorada a fundação da cidade do Salvador, cujo quarto centenário se há de festejar daqui a 9 anos.

Submetido o assunto à apreciação dos sócios do Instituto Geográfico e Histórico daquele Estado, presentes à sessão, foi o parecer aprovado, fixando-se assim, definitivamente a data da fundação da velha e histórica cidade.

Eis na íntegra o parecer do professor Pedro Calmon:

"Em 1949 completará a cidade da Baía o quarto centenário de sua fundação.

Cumpra fixar-lhe o dia. É aliás um velho problema cronológico que se arrasta insolúvel, através de uma bibliografia numerosa. Quando Tomé de Sousa em nome de D. João III lançou a primeira pedra da cidade que viera criar? Em que solene dia foi isto — ou, à falta de solenidade, dado o silêncio a este respeito dos documentos que chegaram até nós, simplesmente em que dia? As opiniões dividiram-se e várias datas foram propostas. Essa divergência ao contrário da dialética nos debates ordinários, longe de produzir a luz aumenta a escuridão: porque testemunha e informa a ausência do papel que a desvanecesse. Bastaria um diploma, uma referência em carta ou mercê, uma indicação em autor do tempo, um esclarecimento do governador geral, de Nóbrega, dalgum dos seus abnegados auxiliares, cujos relatos desconexos e preciosos enchem volumes.

Vejamos um resumo das preferências que levam o endosso de abalizados estudiosos da história pátria.

A fundação ocorreu, ou deve comemorar-se, em primeiro de Novembro, por duas razões, a do descobrimento por Vespucci em 1501 (dia de Todos os Santos, donde o nome do golfo e, por extensão, da terra) e a da inauguração da cidade: é a versão que podemos dizer "clássica". Na Academia Brasílica dos Renascidos apresentou-a o Dr. João Borges de Barros lendo um trecho do velho catálogo de governadores: "e no primeiro de Novembro, dia de Todos os Santos, se estabeleceu a cidade do Salvador..." Frei Jaboatão aceitou-a como plausível. Ou-

tros historiadores não tiveram motivos para rejeitá-la: assim o Barão do Rio Branco, Francisco Vicente Viana, Veiga Cabral, Braz do Amaral — este, conclusivo: "Fica assim fixado o dia da fundação da Baía" ("Memórias históricas de Acioli", I, 335).

6 de Agosto é a data — escreveu alhures Inácio Accioli (na monografia sobre o Padre Manuel de Nóbrega, Revista do Instituto Histórico, 1845), em desacôrdo aliás com o que deixara dito nas "Memórias Históricas e Políticas": "Desembarcou Tomé de Sousa em Vila Velha... passou no fim de 30 dias a estabelecê-la no centro..." (I.B.D., I, 246, ed. Braz do Amaral). Tendo saltado em terra a 29 de Março, entende-se que se transferiu para o "centro" um mês depois, 28 ou 29 de Abril.

Não; foi em 13 de Junho, alvitra-se, com o argumento da procição de Corpus Cristi, que descreveu Nóbrega, Sílio Bocanera ("Diário de Notícias", 22 de Setembro de 1923) considerou conciliatória a efeméride: referia-se à invocação religiosa da cidade, aludia a uma festa considerável, bem podia ter sido a tal pompa da fundação de que não tratam os documentos, não pensava doutro modo Teodoro Sampaio. ("Jornal de Notícias", 10 de Julho de 1912).

30 de Maio — assegurou, "por estar isso hoje averiguado", Damasceno Vieira, que não nos habilita a acompanhá-lo no raciocínio, já não dizemos na averiguação, por omitir os elementos de que se valeu.

Em 1923, presente ao Conselho Municipal um projeto que mandava fixar em 1.º de Novembro o aniversário da Baía, o inquerito erudito ultrapassou a esfera dos debates vagos. Balancaram-se pareceres que sintetizassem a polémica; apuraram-se opiniões sem eiva de preconceitos — tão ciosos costumam ser os especialistas dos seus acêrtos e ... dos seus erros. Falou de novo Teodoro Sampaio: e deu por decidida, não a questão, porém a impossibilidade que havia em resolvê-la. Sem o documento-chave, que se perdeu, ou não existiu, qualquer resposta se limitaria a um cotêjo arbitrário de datas... (Vd. "Em que dia foi instalada a Cidade do Salvador?", Baía, 1825, p. 95). Capistrano de Abreu com o seu senso de minúcia, a sua magistratura da verdade histórica, o horror das hipóteses gratuitas não seria mais sóbrio. Foram ouvidos na mesma ocasião Bernardino de Sousa, Francisco Borges de Barros, Braz do Amaral. Apoiou-se o primeiro "maioria dos nossos historiôgrafos", interessado civicamente em marcar uma data que fôsse — autorizada aliás pela circunstância de ser a do descobrimento repetimos — para os condignos festejos municipais: 1.º de Novembro. O saudoso diretor do Arquivo Público, apresentou à discussão inesperado fato: uma carta de 1696, em que os vereadores lembravam a El Rei a festa de São João, observada na Baía, "desde sua fundação". Portanto — 24 de Junho!

A municipalidade ante a confusão verificada procedeu com hábil discreção: mandou a imprimir o prolixo debate de modo a extrair dele o que tinha de educativo e relevante. Transformou-o num livro.

II

Rodoifo Garcia, benemérito diretor da Biblioteca Nacional, prosseguindo na publicação dos "Documentos Históricos", deu-nos há dois anos o volume XXXVII enriquecidos de inéditos que tudo inovam, e a nosso ver elucidam e demonstram — quanto à discutida data preliminar.

Caem por terra tôdas as anteriores combinações de algarismos ao divulgar-se o registro com que começa o códice: "A 12 de Maio de 1549 passou o Provedor-Mor Antônio Cardoso de Barros mandado para os Contadores ... que tudo dispendeu na compra da madeira, QUE SE GASTOU NA CÉRCA DA CIDADE ...", (Doc. Histór. XXXVII, 1).

Em 12 de Maio as obras da cidade já estavam em bom e seguro andamento.

Mas — quando se iniciaram?

Precisamente 1.º de Maio — o que não deixa de concordar com os primitivos textos e Accioli, ao pretenderem que "trinta dias" depois de chegado se mudára Tomé de Sousa para "o centro". É o registro de 8 de Junho de 49 que a sufraga e determina: "A 3 de Junho de 1549 passou o dito Provedor-Mor mandado para Gonçalo Ferreira tesoureiro pagar a Fernão Gomes, pedreiro, 1\$800 de seu soldo, que serviu, e venceu nas OBRAS desta cidade de Salvador, que lhe eram devidos do PRIMEIRO DE MAIO DE 1549 até os primeiros quinze dias de Junho do dito ano..." (Doc. Hist. XXXVII, 4). Os mais antigos salários pagos aos operários dessas "obras da Cidade" accusam no mesmo dia da tomada do serviço, do princípio dos trabalhos, da contagem da soldada: "do 1.º de Maio de 1549 até os primeiros quinze dias de Junho" ... Assim em relação aos pedreiros Belchior Gonçalves, Francisco Gomes, Gaspar Lourenço, Rui Gonçalves, João Fernandes, Francisco Gonçalves, Afonso Fernandes...

Positiva-se destarte o ponto de partida. Descobriu-se uma comprovação — do gênero das que pedia Teodoro Sampaio no seu ceticismo experiente e cauto. Divulgados suficientemente os papéis daquela fase inaugural, não se lhes percebe a alusão a uma solenidade, a uma cerimônia, a um ato religioso ou político que nos autorizasse a computá-lo como a verdadeira data da Cidade. Sabemos todavia, quando os pedreiros se puzeram a levantar-lhe as cercas ou os muros, isto é, quando brotou, no alto da montanha, essa construção castrense e diminuta, núcleo, em 1549, da Capital que se derramaria mais tarde com impeto e grandeza pelas ladeiras, pelos vales, pelas colinas, pelas práias, numa expansão ambiciosa e memorável.

1.º de Maio é coincidentemente uma bela efeméride cristã e social: legitima-se a presunção e fundamenta-se a proposta, para que seja este, não outro, o dia natalício e votivo da Baía. Quando os primeiros construtores lhe abriram os alicerces; quando os velhos alveines lhe aprumaram as paredes externas em forma de um tapume rústico; quando o governador-geral e os jesuitas misturados aos índios e aos pedreiros carregaram aos ombros — segundo os cronistas acreditados — os paus da primeira casa, a cal da primeira argamassa, as ferramentas do primeiro serviço abençoado pela intenção divina e humana e fazer-se aqui fortaleza del-rei, que era o Império, e cidadela da Igreja, que era a Fé. Cidade de Salvador da Baía de Todos os Santos.

III

Concluindo,

somos de parecer que, em virtude dos documentos recentemente publicados, e até que outros surjam em contrário — se peça ao Governo do Estado para que fixe em 1.º de Maio a festa da Cidade, para ser comemorada com dignidade, cultura e patriótico sentimento todos os anos, em homenagem à glória brasileira relacionada com a história da Baía, aos antepassados que ela recórda e aos grandes destinos da Pátria ufana do seu passado.

a) PEDRO CALMON — Baía, 11 de Abril de 1940 — Relator".

— x —

PARA DETERMINAR O VERDADEIRO LOCAL DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

A Secretaria Geral de Segurança Nacional em data de 5 de Junho do ano corrente, distribuiu à imprensa do país uma nota comunicando que foram designados os Srs. Coronel Leopoldo Neri da Fonseca, Capitão de Fragata Antônio Alves Câmara Júnior, Engenheiro Cristovam Leite de Castro, Capitão de Fragata Luiz Alves de Oliveira Belo, Ministro Bernardino de Sousa, por indicação respectivamente dos Ministérios da Guerra e da Marinha, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e Estado da Baía para constituírem a comissão orga-

nizada com o fim de dirimir, de vez, as dúvidas suscitadas em torno do verdadeiro local do descobrimento do Brasil.

Em 14 do mesmo mês aquele órgão fez publicar outra nota divulgando as instruções a respeito, assim redigida:

"O Sr. Presidente de República aprovou as instruções para a comissão incumbida de determinar o verdadeiro local do descobrimento do Brasil.

A Comissão, a que se referem as presentes instruções, tem por fim precisar o verdadeiro local do descobrimento do Brasil e propor as providências decorrentes.

I — A referida comissão, que ficará subordinada ao Presidente da República, por intermédio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, em cuja sede funcionará compor-se-á dos seguintes membros:

Ministros Dr. Bernardino de Sousa, representando o Estado da Baía, como presidente da comissão; Coronel Neri da Fonseca, representando o Ministério da Guerra; Capitão de Fragata Antônio Alves Câmara Júnior, representando o Ministério da Marinha; Dr. Christovam Leite de Castro, representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Capitão de Fragata Luiz Alves de Oliveira Belo, representando a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

II — As presentes instruções orientarão os trabalhos da Comissão e suas atividades.

III — Compete à Comissão:

a) — Proceder a estudos com o fim de determinar:

Qual o verdadeiro sítio do descobrimento do Brasil:

Qual o local preciso da realização da primeira missa no Brasil.

b) — Realizar ou fazer realizar "in loco" as investigações, pesquisas e exames que jul-

gar necessários ao esclarecimento definitivo da questão.

c) — Apresentar um relatório circunstanciado de seus trabalhos onde constem:

os estudos, investigações, pesquisas e exames que forem realizados;

as idéias sobre a forma como devem ser assinalados os atos históricos do descobrimento do Brasil, indicando as providências a tomar completadas, se preciso, com plantas e orçamentos.

IV — A comissão poderá solicitar de quem de direito:

a) — designação de técnicos para a execução dos estudos especializados que se tornarem necessários:

as facilidades de transportes para seus deslocamentos;

o levantamento de plantas e a realização de sondagens;

as pesquisas que forem precisas;

as demais medidas tendentes ao bom êxito de sua missão.

V — Os trabalhos da comissão são considerados relevantes e seus membros, quando obrigados a ausentar-se desta capital, a serviço da mesma, perceberão diárias de subsistência a conta dos órgãos oficiais que os elegeram.

VI — Os trabalhos da comissão devem ser realizados no prazo de quatro meses, a partir da data de sua instalação".

A 24 do referido mês teve lugar o início dos trabalhos com uma reunião preparatória na sede da Secretaria Geral de Segurança Nacional.

O ativo disponível do povo brasileiro é formidável — sem dúvida — mas a quanto monta? O Recenseamento nada mais é do que uma contagem do capital nacional, representado pelo próprio povo, pelas casas comerciais, pelas fábricas, pelos bancos, pelas escolas, pelas estradas de ferro, pelas explorações agrícolas, pelas profissões e por tudo que traduz o labor deste grande País.